

Produção do espaço e crise urbana: uma interpretação de São Luís, Ma.

Luiz Eduardo Neves dos Santos¹
Jadson Pessoa da Silva²

Resumo

O artigo trata da produção do espaço urbano em São Luís tendo como referência a verticalização, a fragmentação socioespacial e a análise da crise urbana. A expansão da sociedade de consumo e a urbanização das cidades brasileiras e, mais especificamente, de São Luís, acaba por gerar diferentes formas de apropriação do espaço pelos grupos sociais. Neste processo, o sistema econômico globalizado é representado pela explicitação e dominação do meio técnico-científico. Entretanto, este sistema, ao se expandir, não se tornou único, mas tão somente hegemônico. Sua expansão se efetivou a partir da contradição fundamental que separa grupos dominantes de grupos dominados em uma cidade claramente dividida.

Abstract

The article deals with the production of urban space in São Luís with reference to verticalization, sociospatial fragmentation and analysis of the urban crisis. The expansion of consumer society and the urbanization of Brazilian cities, and more specifically of São Luís ends up generating different forms of alienation and appropriation of space by social groups. In this process, the global economic system is represented by the explicitness dominance of the technical-scientific. However, this system, to expand, not become one, but only hegemonic. Its expansion was accomplished from the fundamental contradiction that separates groups of dominant groups in a city dominated clearly divided.

Área: 6. Economia Agrária, Espaço e Meio Ambiente

Subárea: 6.1 Economia, Espaço e Urbanização

Sessão: Comunicações

¹ Geógrafo formado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Especialista em Geoprocessamento Aplicado ao Cadastro Multifinalitário, Mestrando do Curso de Desenvolvimento Socioeconômico da UFMA e Membro-Pesquisador do Instituto da Cidade (INCID).

² Economista formado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Mestrando do Curso de Desenvolvimento Socioeconômico na mesma instituição de ensino e professor efetivo do Instituto Federal do Maranhão (IFMA).

1. Introdução

A cidade pode ser explicada como um conjunto de objetos, produzidos com intuitos variados e carregados de intencionalidades. Por isso a cidade abarca duas produções, uma material, observada na fabricação, utilização e circulação de objetos técnicos e outra simbólica, abstrata, representada pela maneira com que os indivíduos dão sentido àquilo que os cerca, onde a subjetividade é o ponto essencial deste processo.

A cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, constitui nos tempos hodiernos uma grande aglomeração urbana, compondo um espaço amplo e diversificado que abarca uma população de 1.014.837 habitantes (IBGE, 2010).

O século XX proporcionou a consolidação de um sistema de trocas de mercadorias globalizado. No entanto, isto não representou a homogeneização do modo de como o território se apresenta. O espaço sendo produto de relações sociais ainda é o espaço plural derivado da riqueza da imaginação humana expressa na diversidade cultural.

O solo e a habitação em São Luís são transformados em mercadorias, seu consumo só aumenta, visto que fazem parte das estratégias do grande capital imobiliário e financeiro, contribuindo para a produção e a reprodução do espaço.

Este artigo trata de forma breve das transformações que a cidade de São Luís vem sofrendo nos últimos anos em decorrência da rápida transformação de seu espaço urbano, representada pela chamada crise urbana. Os processos de valorização do solo urbano através da verticalização e da expansão urbana horizontal desordenada, inerentes às grandes cidades brasileiras, aparecem como principais elementos de diversificação espacial.

O artigo é estruturado em quatro partes principais a saber: a primeira versa sobre a abordagem dos conceitos de *espaço*, *cidade*, *urbano* e *urbanização* a partir de um enfoque referente às suas contradições. A segunda parte discute as conceituações e estudos da *verticalização* e da *segregação socioespacial*. Na terceira parte, a *renda fundiária* e também a categoria *produção do espaço* são analisadas.

Por fim, se constrói uma abordagem sobre as noções de *crise*, tratando a crise urbana em São Luís a partir de um enfoque vinculado à reprodução do capital, que estimula a expansão das disparidades socioespaciais na cidade.

2. Espaço urbano, cidade e urbanização

O *espaço*, objeto deste estudo, é concebido como expressão das relações sociais de produção. Esta produção envolve trabalho, lazer, ideologia, dentre outros, que através do consumo ditam os movimentos e a circulação de mercadorias na esfera cidadina.

A *cidade* pode ser traduzida como um conjunto de objetos técnicos materiais, rede viária, edifícios, parques, praças, shopping centers, dentre outros. Seu entendimento engloba os conhecimentos dos grupos que a projetaram e a construíram.

O *urbano* complementa e consolida a noção mais ampla do que conhecemos como cidade. Ele tem a ver com o subjetivo, o simbólico, o que está por trás da paisagem urbana que compõe a cidade moderna. Santos (1992, p. 241) diferenciou a *cidade* do *urbano* afirmando que a primeira “é o concreto, o conjunto de redes, enfim a materialidade visível do urbano, enquanto que este é o abstrato, porém o que dá sentido e natureza à cidade”. O que se pode inferir a partir disso, é que cidade e urbano se interpenetram.

Pelo exposto, o que tem de ser levado em consideração, quando tratamos do espaço urbano, é que sua existência não seria possível sem o conteúdo que lhe dá sentido: os grupos humanos. É através dos sistemas de ações que se criam os objetos técnicos e é partir dessa relação intrínseca, entre ações e objetos (em sentido amplo), que a sociedade pode vir a alcançar as transformações no/do espaço em tempos de globalização.

Em sua tese de livre-docência intitulada *A Dimensão Espacial do Subdesenvolvimento: Uma Agenda para os Estudos Urbanos e Regionais*, o economista Antônio Carlos Brandão analisa a importância da dimensão espacial para os estudos sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento em diversas escalas, incluindo a urbana. Por isso, concordamos com o pensamento do autor, filiado à matriz teórica e analítica que entende o espaço e o território como uma construção social, resultado da reprodução histórica (BRANDÃO, 2004, Capítulos 2 e 5).

O espaço urbano é o da contradição, próprio da crise que a cidade moderna abarca com todas as suas problemáticas em direção ao colapso. Em contraposição ao espaço da racionalidade, planejado para quem o domina, objeto de troca, de consumo, ou seja, negociável. Damiani (2001, p. 52) ao tratar da oposição entre uma “lógica formal” e uma “lógica dialética” a propósito do espaço afirma:

Há dominação pela lógica. É o espaço formal que impera. O cotidiano e o vivido lhe escapam. Ou melhor, programa-se o cotidiano. Lugares neutralizados, higiênicos e funcionais, como as avenidas, voltadas para a circulação do automóvel. Toda a racionalidade econômica e política pesam sobre o cotidiano, enquanto vivido.

A autora chama atenção para a produção incessante de um espaço cada vez mais racional, um império das representações, uma lógica da mercadoria que acentua as desigualdades e camufla a essência espacial. O espaço é reduzido ao tecnocrático, ao planejamento dirigido, que deteriora a dialética do tempo.

Outra visão, igualmente importante, sobre o espaço é feita por Ana Fani Alessandri Carlos. Baseada nas formulações de Henri Lefebvre, vai conceber o espaço como “condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade” (CARLOS, 2001, p. 11). Sua análise sobre o espaço urbano se dá a partir da reprodução do capital, da mercadoria e da reprodução da vida, que ganha força na sua relação dialética com os processos espaciais.

A análise do espaço urbano fundamenta-se no entendimento da dominação política, que impõe uma lógica formal e uma racionalidade à cidade, uma acumulação de capital que dá condições para que o concreto e o abstrato sejam metamorfoseados, produzindo o lugar na cidade. A cidade capitalista é o local da sede do poder, onde a produção é controlada, ou seja, abrigo por excelência das classes dominantes. É nela que a relação Estado-Capital-Força de Trabalho se dá de forma mais intensa e acelerada.

A produção se dá também a partir da deterioração de ideologias, valores e identidades, ou a partir do anseio de uma mudança, na busca incessante da crítica e dialética do espaço-tempo.

Não é possível apenas pensar a cidade como quadro físico, visto que ela é dotada das intencionalidades dos grupos humanos, que a molda a partir de suas vontades e interesses. A interpretação e análise das práticas socioespaciais são uma das chaves para se entender o fenômeno urbano na cidade moderna. Um caminho possível seriam os estudos em torno do uso e ocupação do solo urbano, tema que vem sendo aprofundado nos últimos anos em virtude da consolidação do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01) no Brasil.

O entendimento clássico de *urbanização* tem a ver com o quantitativo populacional, versando sobre a predominância da população urbana sobre a rural. Este fenômeno atrela-se também à morfologia e características do sítio urbano, à produção e circulação de mercadorias (industrialização-consumo), aos equipamentos urbanos, ao setor de serviços e aos modos de vida na cidade (dimensão subjetiva-cultural), dentre outras características.

Clark (1991) entende o fenômeno da urbanização a partir de um conjunto de valores, expectativas e estilos de vida presentes no espaço urbano. Ele não exclui o processo de trocas de mercadorias e industrialização, mas enfatiza a importância dos lugares urbanos para os comportamentos dos grupos sociais nas cidades.

A população mundial, que já ultrapassou a cifra de 7 bilhões de habitantes –embora de forma cada mais desacelerada – continua crescendo. Esse crescimento, no entanto, não é homogêneo. Em primeiro lugar, os países de industrialização recente são os que mais contribuem para o acréscimo de pessoas, uma vez que, nessas regiões, o crescimento vegetativo da população é maior.

Por outro lado, percebe-se que a urbanização é um fenômeno cada vez mais generalizado no mundo. Segundo a ONU, “em 1960, a população urbana representava 34% da população mundial; em 1992, era de 44%; em 2008 a previsão era 53% e estima-se que em 2025, 61,01% de toda a população mundial viva em cidades” (UNFPA, 2007, p. 6, tradução nossa).

O crescimento do número de pessoas que vivem em cidades se explica, principalmente, pela expulsão dos homens do campo, seja pela falta de perspectiva de vida ou pela mecanização agrícola e pela expectativa de melhoria das condições de vida nas cidades. Como nas economias mais desenvolvidas esse processo já vinha acontecendo desde o século XIX e já está estabilizado, é possível pensar que o crescimento urbano, nos dias atuais, seja um fenômeno característico de países subdesenvolvidos.

Nos países subdesenvolvidos, a urbanização situa-se a partir da segunda metade do século XX e carrega consigo problemáticas estruturais graves. Na América Latina o intenso êxodo rural e a carência de empregos nos setores secundário e terciário trouxeram consequências como a expansão das favelas, o crescimento da economia informal e, em muitos casos, o aumento do contingente de população pobre em torno de uma metrópole, em um processo denominado de *macrocefalia urbana*.

No Brasil, as bases da industrialização foram lançadas na década de 1930, durante o governo Getúlio Vargas, e a consolidação deste processo se deu nas décadas de 1950 e 1960, desencadeando um quadro de modernização de toda a economia, que elevou as cidades à posição central na vida brasileira (IANNI, 2010).

De acordo com o último Censo Populacional feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2010, o Brasil atingiu a marca de 190.732.694 (cento e noventa milhões, setecentos e trinta e dois mil e seiscentos e noventa e quatro) habitantes (IBGE, 2010).

Para chegar a esse patamar, o país passou por profundas transformações, principalmente durante o século XX. Durante a década de 1940 a população predominante no Brasil era rural, ou seja, não vivia em cidades. Segundo os dados do IBGE, a população urbana era de 31,30% em 1940 e passou para 84,35% em 2010 (IBGE, 2010), um avanço

significativo que resultou numa grande transformação nos modos de vida da população brasileira. A população idosa cresceu, as taxas de analfabetismo e mortalidade infantil caíram, bem como a população jovem e a taxa de fecundidade, dentre outros aspectos.

O processo de modernização da economia brasileira, até os dias de hoje, não levou a superação da pobreza. A modernização aprofundou as desigualdades sociais já existentes, geradas ao longo da história, pois possuiu como alicerce uma maior concentração de renda.

O fato é que o Brasil apresenta em seu território uma grande quantidade de pessoas vivendo em cidades. Esta é uma realidade que confere ao país um grau de urbanização nunca antes alcançado, significando um acúmulo assaz grave de problemáticas urbanas das mais diversas.

3. Verticalização e segregação socioespacial: marco teórico

O espaço urbano na atual fase histórica apresenta-se como objeto indelével do processo de acumulação capitalista. Cada vez mais, o solo urbano transforma-se em mercadoria, o que favorece a ampliação da mais-valia de grupos seletos inseridos no sistema financeiro mundial.

É importante destacar que o processo de *verticalização* vem sendo analisado por muitos estudiosos no Brasil, a exemplo de Spósito (1991), Souza (1994), Mendes (1992), Somekh (1997) e Ramires (1998). Além desses trabalhos, pode-se destacar uma razoável quantidade de monografias, dissertações e outras teses sobre o tema em questão produzidas nas mais diversas instituições de ensino superior do país.

A análise de Souza (1994) incide sobre os processos de produção e apropriação do espaço urbano em São Paulo no âmbito da verticalização. Sua teoria sobre a *Identidade da Metrópole* na busca de uma interpretação da totalidade do processo urbano na capital paulista se afirma na “relação mútua de quatro agentes principais: o capital imobiliário, o capital financeiro, o capital fundiário e o capital produtivo” (SOUZA, 1994, p. 27).

A verticalização de acordo com Souza (1994, p. 129) constitui-se numa “especificidade da urbanização brasileira”, pois “em nenhum lugar do mundo o fenômeno se apresenta como no Brasil, com o mesmo ritmo e com a mesma destinação prioritária para a habitação”. Dessa forma, a verticalização aparece como uma das principais modalidades de apropriação do espaço urbano nas grandes cidades do mundo e também no Brasil, pois representa um tipo de habitação – ao menos no discurso racionalizante global – atrelada ao que há de moderno, gerando sentimentos de satisfação.

Mendes (1992 p. 32) define a verticalização como o “processo intensivo de reprodução do solo urbano, oriundo de sua produção e apropriação de diferentes formas de capital, aliado às inovações tecnológicas, alterando a paisagem urbana”. O autor fala de processo intensivo, o seja, o solo urbano (escolhido de forma seletiva) possui a capacidade de receber edifícios de forma acelerada a partir dos ditames do grande capital.

Ramires (1998, p. 13), ao estudar a verticalização em Uberlândia, afirma que o espaço verticalizado não só “representa uma revolução na forma de construir, afetando a dinâmica de acumulação/reprodução do capital no setor da construção civil e mercado imobiliário”, como atesta que este processo é um bom negócio para os capitalistas.

Entendido como resultado da multiplicação do solo urbano (SOUZA, 1994; SOMEKH, 1997), a verticalização no Brasil se caracteriza por estar atrelada, sobretudo à habitação e não ao setor de serviços como aconteceu em muitos outros países do mundo.

O Estado, na 2ª metade do século XX, teve um papel fundamental no financiamento da expansão das cidades brasileiras, como por exemplo a atuação do Banco Nacional de Habitação (BNH) durante os anos 1960 e 1970 ou da Caixa Econômica Federal através do *Minha Casa, Minha Vida* presente na agenda do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no século XXI, todos amparados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

É necessário afirmar que o processo estudado aqui deriva das estratégias do capital financeiro atuantes nos grandes centros urbanos, que privilegiam algumas áreas da cidade em detrimento de outras, o que acaba gerando um processo de desenvolvimento desigual no seio do tecido urbano, acentuando a crise na cidade.

Em 1845, Friedrich Engels publica uma de suas obras mais conhecidas, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. O autor denunciou as péssimas condições de vida das classes operárias nos centros industriais ingleses e de que forma eram explorados pela burguesia. Londres, Manchester, Liverpool são algumas das cidades analisadas por Engels:

(...) nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é óbvio que todos os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre. (...) Nos “bairros de má fama” habitualmente as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos, cheias de charcos fétidos. A ventilação é precária, dada a estrutura irregular dos bairros (...) (ENGELS, 2010, p. 69-70).

O que Engels constatou nos anos quarenta do século XIX é muito semelhante à situação das classes excluídas nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos na atualidade, pois “a cidade capitalista moderna é uma máquina produtora de miséria e desigualdade social” (SANTOS, 2012, p. 4).

A *segregação socioespacial* pode ser definida como “tendência à concentração de determinado grupo social em área específica, sem, portanto haver exclusividade” (VILLAÇA, 2001, p. 21). Essa tendência concentradora de que fala Villaça, nos remete ao espaço da contradição entre grupos sociais distintos ocupando uma mesma cidade. Uma das explicações da segregação socioespacial por parte das classes dominantes deriva do medo da violência:

Sob a influência do medo, do sentimento de insegurança que se dissemina, morar em casas isoladas e mesmo em prédios de apartamentos que não estejam protegidos pelo aparato de segurança de um verdadeiro “condomínio exclusivo” vai-se apresentando como uma opção cada vez menos atraente em favor do tipo de *habitat* representado por um *gated community*. A organização espacial da cidade se vai, na esteira disso, modificando (SOUZA, 2008, p. 71-72).

Essa característica de que fala Marcelo de Souza é cada vez mais comum entre as classes dominantes urbanas, por isso surgiram a partir do final dos anos 1970, os condomínios fechados ou os “enclaves fortificados”, na expressão de Caldeira (2000), nos grandes centros brasileiros, traduzidos por territórios burgueses, compostos por todo o aparato de segurança possível: muros altos e eletrificados, guardas terceirizados, câmeras de vigilância, dentre outros.

Os pobres urbanos ocupam áreas desfavoráveis à habitação (loteamentos clandestinos e irregulares), como encostas, margens de cursos d’água, áreas próximas a lixões, dentre outras. Enquanto os grupos abastados moram em áreas valorizadas e com maior infraestrutura.

O movimento segregador acontece de forma acelerada no Brasil por conta da mercantilização do solo urbano. Os incorporadores imobiliários, financiados pelo Estado e partícipes do movimento do capital financeiro global, possuem um papel decisivo na consolidação da segregação socioespacial.

Os incorporadores modificam a dinâmica urbana expulsando camadas populares ao selecionarem áreas para a construção de condomínios residenciais, edifícios comerciais, shopping centers, galerias, entre outros, com a finalidade precípua de acumular capital.

Pelo exposto, é legítimo afirmar que o processo de segregação socioespacial caracteriza as cidades no Brasil, já que possui como fundamento a lógica de reprodução e acumulação do capital na esfera urbana que espolia os pobres.

4. Renda fundiária e produção do espaço urbano

Desde seu aparecimento, o modo capitalista de produção fez com que o espaço estivesse inserido nas estratégias de valorização do capital, seja através da mercantilização da terra com sua divisão em lotes ou mais recentemente na circulação de capital financeiro especulativo. Segundo Henri Lefebvre (1999, p. 142),

(...) o capitalismo parece esgotar-se. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e venda do espaço. E isso à escala mundial (...) A estratégia vai mais longe que a simples venda, pedaço por pedaço, do espaço. Ela não só faz o espaço entrar na produção da mais-valia; ela visa a uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de informação e decisão.

Dessa forma, o espaço urbano é o palco ideal para as estratégias do capital, já que a cidade constitui em si mesma, o lugar de um processo de valorização seletiva, “cada lugar, dentro da cidade, tem uma vocação diferente, do ponto de vista capitalista, e a divisão interna do trabalho a cada aglomeração não lhe é indiferente” (SANTOS, 2009, p. 125). A burguesia exerce um rígido monopólio nas áreas urbanas em termos de propriedade privada do solo e excluem os pobres da propriedade fundiária.

Os estudos em torno da renda fundiária foram desenvolvidos pela economia política clássica, e tem em David Ricardo seu precursor. Karl Marx desenvolveu sua teoria sobre a renda fundiária criticando Ricardo. Basicamente, os estudos sobre a renda fundiária, desenvolvidos Marx e aprofundados por autores marxistas se dividem em: *renda diferencial I e II, renda absoluta e renda de monopólio*.

É bom destacar que para a teoria marxista, o solo não é capital, pois não é um valor criado pelo trabalho, “embora a terra tenha se tornado uma mercadoria, que possui um preço e um valor comercial determinado no modo de produção capitalista” (BOTELHO, 2007, p. 71). A terra, portanto, não produz lucro, no entanto ela gera renda.

A renda fundiária urbana vem sendo discutida por muitos autores marxistas desde a década de 1970, a exemplo de Cunha & Smolka (1978), Harvey (1980), Lojkin (1997) e Singer (1982).

Para Cunha & Smolka (1978, p. 37), “as rendas fundiárias urbanas nada mais são do que parte do excedente desviado de suas realizações, na forma usual de lucro”, sendo a localização um instrumento valioso para o detentor da propriedade privada do solo. Jean Lojkin (1997, p. 188) já afirmou que a renda fundiária urbana é um “instrumento do fenômeno da *segregação*, sua manifestação espacial, produzida pelos mecanismos de formação dos preços do solo são determinados pela divisão social e espacial do trabalho”.

Então, a terra nos aglomerados urbanos é objeto de acirrada disputa, ela se tornou um ativo extremamente valioso para construtoras, imobiliárias e prefeituras. Por isso a terra na cidade é “fatiada” por esses grupos, os “melhores pedaços” são destinados sem burocracia à burguesia, enquanto as “sobras” ficam para os pobres e miseráveis.

A categoria de análise *produção do espaço* foi desenvolvida pelo pesquisador Henri Lefebvre em seu livro do original em francês *La production de l'espace*. Tal categoria proposta por Lefebvre, proveniente de Marx, refere-se aos processos de atuação das forças produtivas capitalistas no espaço (urbano), bem como suas repercussões na produção das relações sociais e ideológicas inerentes aos grupos humanos. Segundo o pesquisador em questão:

a dupla acepção do termo decorre de que “os homens” em sociedade produzem ora coisas (produtos), ora obras (todo o resto). As coisas são enumeradas, contadas, apreciadas em dinheiro, trocadas. E as obras? Dificilmente. Produzir, em sentido amplo, é produzir ciência, arte, relações entre seres humanos, tempo e espaço, acontecimentos, história, instituições, a própria sociedade, a cidade, o Estado, em uma palavra: tudo. A produção de produtos é impessoal; a produção de obras não se compreende se ela não depende de sujeitos (LEFEBVRE, 1973, p. 79-80).

Essa produção de que fala Lefebvre deriva do trabalho, conceito desenvolvido por Marx na relação intrínseca homem-natureza. Assim, o homem, “atuando sobre o mundo exterior e modificando-o, ao mesmo tempo ele modifica a sua própria natureza” (MARX, O capital I, p. 142). Portanto, ele exerce controle sobre a natureza, modificando a si próprio.

A produção do espaço em São Luís, seja por meio da verticalização ou da segregação socioespacial, apresenta-se como elemento responsável por transformações morfológicas e funcionais da paisagem urbana que produz solos superpostos, provocando permanentemente a revalorização do espaço. Para Lefebvre (2001, p. 06):

A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso.

Assim, o solo e a habitação são transformados em mercadorias, seu consumo só aumenta, visto que fazem parte das estratégias capitalistas, contribuindo para a produção e a reprodução do espaço. Os pobres em São Luís não participam efetivamente do processo de cidadania, já que a cidade é fragmentada, havendo a “multiplicação de espaços que são comuns, mas não públicos” (GOMES, 2002, p. 174).

Há, portanto, territórios próprios dos grupos dominantes (shopping centers, faixas da orla marítima, determinados bares e restaurantes, edifícios comerciais, dentre outros) que não são usados pelos grupos dominados, e quando são, verifica-se o uso como meio de sobrevivência: porteiros, garis, ajudantes de limpeza, guardadores de carros, etc.

5. A instauração da crise, uma crise urbana!

Que quer dizer esta palavra: crise? Ela designa em princípio um momento crítico, uma data separando dois períodos, um corte no tempo. Crise? Crise de quem? Crise de quê?” (...) crise de que? Do capitalismo? Da Europa? Do capitalismo europeu? Da civilização? (...) do Estado? Os sintomas são conhecidos, catalogados: desemprego, diminuição das trocas internas e externas, falências, déficits, etc. (LEFEBVRE, 2009, p. 138).

A palavra “crise” permeia há muito a sociedade em que vivemos, seja nas ciências, nos relações sociais ou na cidade. As indagações feitas por Lefebvre em 1978 estão longe de cessarem, pois “a única crise que os responsáveis desejam afastar é a crise financeira e não qualquer outra, causando o aprofundamento da crise real – econômica, social, política, moral – que caracteriza o nosso tempo (SANTOS, 2000, p. 36).

A crise que nos interessa aqui é a chamada crise urbana, que se traduz a partir da acelerada e desordenada urbanização ligada umbilicalmente às desigualdades e as injustiças sociais. As cidades atualmente são centros nervosos de circulação e acumulação de capital, ou seja, é comum que a “cidade possua a necessidade de economizar as despesas de produção, circulação e consumo, a fim de acelerar a velocidade da rotação do capital” (LOJKINE, 1997, p. 153). Nas grandes cidades brasileiras e obviamente em São Luís esse processo é visível.

O mundo nas últimas décadas vive um período de crise. Tal crise deriva da iniciada na década de 1970, ancorada no neoliberalismo e na política de desmonte do bem estar social. No Brasil, a partir década de 1990, houve uma série de transformações decorrentes da inserção dos ideais neoliberais, primeiro com o Governo Collor, que instaurou uma política econômica baseada nas diretrizes recomendadas pelo *Consenso de Washington*³.

O Governo FHC, por exemplo, de acordo Fiori (2001, p. 283), possibilitou uma “depredação e feudalização do Estado pelos interesses privados, selecionados a dedo pelos novos liberais. As privatizações tornaram-se um bom negócio, sem nenhum tipo de estratégia de longo prazo”. Os ideais neoliberais de FHC, ao contrário do que pregavam, promoveram o enxugamento dos gastos públicos, com a consequente redução dos direitos trabalhistas.

Voltando a questão da crise, se observa que com a redução salarial e a perda do poder de compra pelo trabalhador nos grandes centros urbanos, o crédito adquiriu condições para se expandir e como as remunerações não sustentam a demanda, o resultado é a

³ Caracterizado por ser um “programa ortodoxo de estabilização monetária acompanhado por um pacote de reformas estruturais ou institucionais que se propôs, explicitamente, a desmontagem do modelo desenvolvimentista, pela abertura e desregulamentação dos mercados e privatizações de empresas e serviços públicos” (FIORI, 2001, p. 283).

proliferação em larga escala dos endividamentos, seja via cartões de crédito, cheques-especiais ou mesmo empréstimos diretos, todos portadores de altíssimas taxas de juros.

Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), responsável pela Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), até janeiro de 2012 o percentual de famílias que declararam ter dívidas era de 58,8% (CNC-PEIC, 2012). Na cidade de São Luís, pelo menos 65,5% dos consumidores se encontram endividados em 2012. Essa constatação deriva da pesquisa *Perfil de Endividamento do Consumidor de São Luís*, realizada pela Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Maranhão – FCDL/MA em parceria com o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – Etene, organismo vinculado ao Banco do Nordeste – BNB (EM SÃO LUÍS, 2012).

David Harvey aposta que a crise capitalista atual é uma crise eminentemente urbana e tem motivos para afirmar isso:

Desde 1970, as inovações financeiras, como a securitização da dívida hipotecária e a disseminação dos riscos de investimentos mediante a criação de mercados de derivativos, tacitamente (e agora, como vemos, de verdade) apoiadas pelo poder do Estado, permitiram um enorme fluxo de excesso de liquidez em todas as facetas da urbanização e do espaço construído no mundo todo (...) várias das crises financeiras desde a década de 1970 foram provocadas por excessos nos mercados imobiliários (HARVEY, 2011, p. 75-76).

As formas de investimentos nos grandes centros urbanos são essencialmente especulativas, fazendo com que a expansão da demanda eleve sobremaneira os preços da terra nas cidades, possibilitando o surgimento das “bolhas imobiliárias”, frágeis e a ponto de estourarem por conta dos excessos de financiamentos e conseqüentemente da enorme inadimplência. Robert Kurz já no início da década de 1990 afirmava:

Terá de se fazer sentir o desaparecimento da capacidade aquisitiva, derrotada na concorrência, e o dos mercados reais correspondentes, acabando com os mercados fictícios, abalofados pela especulação. Ao rasgar o último fio finíssimo que liga a acumulação real à superestrutura de crédito, terá de desabar também o complexo especulativo, porque ficará pesada demais a gigantesca cauda de cometa de juros que entrementes se prendeu à reprodução global, um peso que obriga o mundo produtor de mercadorias a descer para seus próprios fundamentos reais (KURZ, 1999, p. 203).

O que Kurz vaticinou há duas décadas ainda está em curso e seu maior sintoma é a crise atual, crise essencialmente especulativo-financeira, que possui como uma de suas conseqüências mais nefastas a perda de postos de trabalho e do sentido das lutas de classe, encoberta pela névoa espessa do capital.

5.1 O caso do espaço urbano de São Luís

São Luís do Maranhão nasceu durante o período colonial no século XVII e resultou da estratégia da metrópole lusitana para barrar os avanços das nações rivais. Durante o século XVIII atinge o seu apogeu econômico aproveitando a valorização internacional do algodão. Este período propiciou uma acumulação de riqueza responsável pela adoção da peculiar arquitetura do centro histórico da cidade que se caracteriza por imponente conjunto de casarões coloniais portugueses.

Após o declínio da atividade algodoeira, a economia local, que polariza a economia regional, mergulha num obscurantismo relativo quando comparada ao comportamento da produção de riqueza no país, o qual, durante o século XX, experimenta uma rápida escalada em direção a industrialização.

Somente a partir de um projeto nacional arquitetado pelo regime militar implantado no início dos anos 1960, o Projeto Grande Carajás, a economia regional é dinamizada, consolidando-se na metade dos anos 1980 quando da inauguração da *Estrada de Ferro Carajás-São Luís* (VALVERDE, 1989).

A inserção dessas indústrias na cidade promoveu a conexão da região com o comércio mundial de minério e representou o estopim de uma radical alteração da dimensão espacial na capital maranhense.

Os investimentos estatais oriundos do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Banco do Nordeste (BNB) incentivaram à expansão do espaço urbano, bem como a construção de pontes sobre o rio Anil a partir do início da década de 1970. Houve assim “uma ruptura com o traçado urbano e o modo de vida tradicional do ludovicense” (LOPES; SILVA, 2008, p. 291), provocando, por conseguinte, a saída das famílias de classe média e alta do antigo núcleo central em direção ao que se convencionou chamar de *Cidade Nova*⁴.

A dinamização da economia da cidade provocou o crescimento populacional principalmente devido ao afluxo de migrantes. Isto por sua vez levou a intensificação do uso do solo urbano e a uma nova espacialização da cidade, caracterizada por modos de apropriação espontânea do solo pelos migrantes e outros grupos empobrecidos da sociedade local.

⁴ A denominada *Cidade Nova* abrange as áreas com maior infra-estrutura urbanística e de serviços em São Luís, apresentando uma morfologia urbana característica que engloba essencialmente os bairros do Renascença I, II e todo o território que compreende a orla marítima e seu entorno.

A expansão da cidade mediante tais modalidades de apropriação do espaço urbano resultou em significativa desigualdade no que se refere à infraestrutura disponível para os diversos territórios da cidade em intensa expansão. Esta desigualdade tornou-se mais acentuada através de modalidades contemporâneas de produção do espaço apropriado pelo que designo de *grupos sociais dominantes*.

De início, um significativo processo de verticalização na área da *Cidade Nova* tomada pelos ricos propiciou a concentração de confortáveis condomínios de apartamentos, escritórios, restaurantes e shoppings. Com a inserção da cidade num sofisticado roteiro turístico regional, esta área recebeu novos investimentos através da implantação de uma sofisticada rede hoteleira. Outra característica que surge nos últimos anos, é a implantação de condomínios horizontais de padrão médio e alto.

Em conjunto, estes fenômenos representam um momento de particular vitalidade da indústria da construção civil e de empresas imobiliárias que tem sido chamado pela imprensa local como um “boom imobiliário”, concentrado na área da cidade para a qual os grupos dominantes se dirigiram a partir dos anos 1970.

A partir da década de 1990 a cidade de São Luís assume características muito peculiares no que tange ao seu espaço urbano. O acréscimo veloz de edifícios transforma, gradativamente, a cidade em metrópole, sua economia se diversifica e seu espaço se moderniza. Em contrapartida, uma grande parcela populacional da cidade não participa das benesses da modernização, o que acarreta o surgimento e a manutenção de grandes espaços de exclusão.

Estas transformações no espaço apropriado pelos grupos dominantes revelam um padrão cosmopolita de consumo do espaço por parte destes grupos. Para eles, a verticalização é o símbolo maior de uma modernização urbana que se assemelha aos modos de vida e padrões socioculturais das grandes metrópoles.

Por isso que a “verticalização, assim, realiza espetacularmente a acumulação e a reprodução” (SOUZA, 1994, p. 26). Esta ideia é claramente percebida no espaço urbano da *Cidade Nova* ludovicense, não só pelos modernos edifícios, mas também pela crescente diversidade de serviços especializados oferecidos às classes mais abastadas, que concentram fortemente grande parte da renda urbana na capital maranhense.

É preciso destacar que a grande quantidade de investimentos no setor imobiliário em São Luís, decorre dos financiamentos oriundos de políticas estatais, que de certa forma, facilitaram o acesso habitacional à classe média e alta e não privilegiaram as classes pobres.

David Harvey (2011, p. 76) assevera que os “últimos trinta anos, o investimento excessivo em tais projetos tornou-se um gatilho catalisador comum para a formação de crises”. O alerta de Harvey serve para a política de habitação realizada no Brasil. A Caixa Econômica Federal, banco financiador do governo, “já possui em São Luís, altas taxas de inadimplência no setor habitacional” (informação verbal) ⁵.

O padrão emergente de produção do espaço no norte da cidade, onde estão os ricos, parece resultar numa maior homogeneização deste espaço. São Luís assume um padrão de segregação típico do *Planeta Favela*, termo que Mike Davis (2006) usa para se referir à difusão do padrão de segregação socioespacial das cidades através da consolidação e ampliação do fosso que separa a cidade formal (conectada ao fluxo de trocas do mercado global) da cidade informal (derivada das estratégias de sobrevivência do que denomino de *grupos sociais dominados*, que resultam nos assentamentos precários).

Analisando os fatores determinantes da produção do espaço no mundo contemporâneo, Milton Santos (2000) forja o termo “lugares esquizofrênicos”, pois com a capacidade de inserção no mercado globalizado, os espaços de um lado acolhem vetores da globalização, que se instalam para impor sua nova ordem, e de outro lado conhecem uma contra-ordem, na medida em que o processo leva ao crescimento acelerado dos pobres e excluídos. Sobre as condições dos grupos dominados Diniz (2007, p. 172) afirma:

A favela maranhense surgiu a partir da expansão da mancha urbana da segunda metade do século XX, ocupando precariamente terrenos públicos e particulares, surgindo vilas, conjuntos e bairros (...) Sendo todos formados por barracos e mocambos construídos com material de refugo, com caixotes, tábuas soltas, folhas de zinco, com palha, taipa e adobe. Outras situam-se em encostas de colinas ou em áreas alagadas de mangue.

Wagner da Costa (2009, p. 41-42) afirma que uma das principais questões que explicam a produção e expansão da pobreza e a concentração de renda por parte dos grupos dominantes encontra-se no sistema político estadual, que se traduz como patrimonialista e clientelista. Sobre a produção da riqueza pelos grupos dominantes em São Luís:

Essa é a “poupança” a partir da qual se constroem patrimônios (casas, apartamentos, fazendas); se compram os carros do ano e da moda; se constituem “empresários bem sucedidos” do comércio, de postos de gasolina, hospitais, escolas, hotéis, concessionárias. Corrupção sistêmica que produz e reproduz a miséria social e que encontra em São Luís seu espelho invertido, pois alimentou o “boom” imobiliário dos condomínios e apartamentos de luxo destinados, em vários casos, à “lavagem de dinheiro” (segundo as investigações da PF). Contrapondo, num quadro brutal e sem pudor, a opulência verticalizada e artificial da “área nobre” da capital à pobreza estrutural da população.

⁵ Entrevista concedida ao autor por Luís Marcelo Cunha Neves, Gerente Geral da Agência “Cidade dos Azulejos” da Caixa Econômica Federal, em 7 de janeiro de 2012.

As palavras de Costa revelam o caráter irrestrito do capital político na produção do espaço urbano e de bens de consumo presentes em São Luís. Essa produção serve para atender interesses pessoais, onde indivíduos que estão no poder exercem também a função de empresários, que detêm o controle de serviços especializados na parte nobre da cidade.

Esta lógica, presente em São Luís, acontece de forma sincrônica, já que, à medida que o espaço urbano se verticaliza na *Cidade Nova*, também cresce de forma horizontal uma massa de marginalizados em direção a leste, sudeste e sudoeste de seu espaço.

Prova disso é o que atestou recentemente o IBGE (2010) ao revelar que houve um aumento expressivo do número de assentamentos subnormais⁶ nos últimos dez anos em São Luís. Em 2000 eram oito as áreas de assentamentos subnormais, em 2010 aumentou para vinte e três o número dessas áreas. Aliado a isto, a população no município de São Luís saltou de 870.028 em 2000, para 1.014.837 em 2010 (IBGE, 2010).

A afirmação de Milton Santos também nos é reveladora, quando diz que a metrópole é corporativa e fragmentada, composta de espaços luminosos, expressão máxima da modernização, e de espaços opacos – periferias, lugares da exclusão dessa mesma modernização (SANTOS, 1993).

A produção do espaço por processos hegemônicos globalizados implica na subalternização de grupos sociais e numa consequente apropriação diferenciada da cidade, orientada pelos interesses dos grupos vinculados aos processos dominantes.

6. Considerações finais

O processo de urbanização verificado ao longo do século XX na cidade de São Luís transforma a antiga cidade, antes limitada e pequena, numa grande aglomeração. Esta mudança acontece não apenas no âmbito quantitativo, mas, sobretudo, transforma-se em aspectos qualitativos.

O capital estatal aliado aos investimentos industriais foram os grandes responsáveis pela fragmentação do espaço urbano da cidade, transformado, no atual período histórico, em mercadoria, isto é, o solo urbano é determinado pelo preço, o que acaba por afastar grupos dominantes (que vivem em bairros com melhores condições) dos grupos dominados (moradores de áreas irregulares, clandestinas ou de risco).

⁶ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), os assentamentos subnormais são “um conjunto de moradias com um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais”.

Os investimentos imobiliários verticais são selecionados pelos incorporadores em territórios escolhidos de forma criteriosa, o que acaba por de segregar grupos de mais baixa renda para áreas sem infraestrutura. Isto revela que na cidade existe um grande abismo que separa grupos em territórios diferenciados, forte sintoma da chamada crise urbana.

Um dos motivos que fazem de São Luís uma cidade dividida em seu espaço urbano (grupos dominantes x grupos dominados), é a grande concentração de renda inerente aos grupos dominantes, que com seu poder de consumo usufruem o que o mercado (imobiliário, carros, roupas de grife, etc.) oferece.

A política, representada por grupos que se encontram há muito tempo no poder no Maranhão é uma das grandes responsáveis por agravar a problemática da segregação socioespacial, tanto no que tange à quase ausência de políticas públicas, como na questão da apropriação da coisa pública.

É preciso entender que a dinâmica de expansão urbana em São Luís decorre de processos políticos e econômicos que determinam a produção do espaço com a divisão da cidade em pedaços, havendo como principal consequência a proliferação da população pobre, que permanece excluída e na imobilidade da base da pirâmide das classes sociais.

7. Referências

BOTELHO, Adriano. **O Urbano em Fragmentos**: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.

BRANDÃO, Antônio C. **A Dimensão Espacial do Subdesenvolvimento**: Uma Agenda para os Estudos Urbanos e Regionais. Campinas, 2003. Tese (Livre Docência) – UNICAMP/IE. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000314769>> Acesso em 25 ago. 2011.

COSTA, W. C. A bomba suja: crise, corrupção e violência no Maranhão contemporâneo (2004-9). In: **Boletim da Conjuntura Regional NE 5 (CNBB)**. São Luís: Abril, 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Editora 34/EDUSP, 2000.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-Tempo na Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CLARK, D. **Introdução à Geografia urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)**. Rio de Janeiro, Pesquisa de janeiro. 2012. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_peic_janeiro_2012.pdf>. Acesso em 30. Jan. 2012.

CUNHA, P. V.; SMOLKA, M. O. Notas críticas sobre a relação entre rendas fundiárias e uso do solo urbano. In: **Seminário “A Renda Fundiária na Economia Urbana”**. São Paulo, Nov. 1978. 30 p.

DAMIANI, Amélia Luísa. As Contradições do Espaço: Da Lógica (Formal) à (Lógica) Dialética, a Propósito do Espaço. In: CARLOS, A. F. A.; DAMIANI, A. L.; SEABRA, O. C. L. (Org.). **O Espaço no Fim de Século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 2001a, p. 48-61.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DINIZ, J. S. As Condições e Contradições no Espaço Urbano de São Luís (MA): Traços Periféricos. In: **Ciências Humanas em Revista**. Núcleo de Humanidades, São Luís, v. 5, n. 1, p. 167-180, 2007.

EM SÃO LUÍS, 65,5% DOS CONSUMIDORES ESTÃO ENDIVIDADOS. **O Estado do Maranhão**. Caderno de Economia. São Luís, 8. Jan. 2012.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FIORI, José Luís. Para um diagnóstico da “modernização” brasileira. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. (org.). **Polarização Mundial e Crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 269-289.

GOMES, Paulo C. C. **A Condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: primeiros resultados**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 15 mar. 2011.

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização: Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise do Capitalismo Mundial**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A Reprodução das Relações de Produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. Da Teoria das Crises à Teoria das Catástrofes. **Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, número 25, páginas 138-152, 2009. Disponível: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp25/Traducao%20_Anselmo_Carolina_e_Thomas.pdf>. Acesso em 23. Mar. 2010.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LOPES, J. A. Viana; SILVA, R. L. Roteiro 3: A Cidade Nova. In: **São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara: Guia de Arquitetura e Paisagem**. São Luís-Sevilla, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. V. I, Livro Primeiro, O processo de produção do capital. Tomo I (prefácios e capítulos I a XIII)

MENDES, C. M. **O Edifício no Jardim: um plano destruído – a verticalização em Maringá**. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

NEVES, Luís Marcelo Cunha. **Financiamentos Habitacionais em São Luís**. São Luís, entrevista concedida em sua residência, 7. Jan. 2012 (Informação Verbal).

RAMIRES, J. C. de L. **A Verticalização do Espaço Urbano de Uberlândia**: uma análise da produção e consumo da habitação. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos. As tragédias e o planejamento urbano. **O Estado do Maranhão**. São Luís, 19 jan. 2012. Caderno Opinião, p. 4-4.

SANTOS, Milton. A Cidade e o Urbano como Espaço-Tempo. In: **Cidade & História - Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX**. UFBA - FAU/MAU. Salvador, 1992: 241-244.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hicitec, 1993.

_____. **Por Uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Por Uma Economia Política da Cidade**: O caso de São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2009. (Coleção Milton Santos 14).

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E (Org.). **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. p. 21-36.

SOMEKH, N. **A Cidade Vertical e o Urbanismo Modernizador**. São Paulo: EDUSP/Nobel/FAPESP, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Maria A. A. **A Identidade da Metrópole**. São Paulo: EDUSP, 1994.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **O Chão Arranha o Céu**: a lógica da reprodução monopolista da cidade. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

UNFPA. **State of World Population 2007**: unleashing the potential of urban growth. New York: UNFPA, 2007.

VALVERDE, Orlando. **Grande Carajás**: Planejamento da Destruição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.